

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	34
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	37

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.729
Preferenciais	0
Total	66.729
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,16485
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2013	Dividendo	28/10/2013	Ordinária		0,23966

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	302.513	308.739	619.746
1.01	Ativo Circulante	218.947	229.155	453.831
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	216.808	226.503	444.326
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2	1	0
1.01.01.02	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	216.806	226.502	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.134	2.647	9.500
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.134	2.647	9.500
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5	5	5
1.01.08.03	Outros	5	5	5
1.02	Ativo Não Circulante	83.566	79.584	165.915
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.516	37.751	26.735
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	37.516	37.751	26.735
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	37.516	37.751	26.735
1.02.02	Investimentos	46.050	41.833	139.180
1.02.02.01	Participações Societárias	46.050	41.833	139.180
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	46.050	41.833	139.180

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	302.513	308.739	619.746
2.01	Passivo Circulante	11.028	17.781	72.579
2.01.05	Outras Obrigações	11.028	17.781	72.579
2.01.05.02	Outros	11.028	17.781	72.579
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.000	16.000	28.500
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	0	40.418
2.01.05.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	0	1.763	3.642
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	28	18	19
2.03	Patrimônio Líquido	291.485	290.958	547.167
2.03.01	Capital Social Realizado	224.426	224.426	310.838
2.03.02	Reservas de Capital	7.004	6.615	0
2.03.04	Reservas de Lucros	55.952	58.291	214.481
2.03.04.01	Reserva Legal	43.503	42.299	40.704
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	173.777
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	12.449	15.992	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	370	2.056
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.103	1.256	19.792
2.03.08.01	Reserva de Avaliação Patrimonial Reflexa	4.103	1.256	19.792

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.613	8.854	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-533	-967	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.146	9.821	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.613	8.854	0
3.06	Resultado Financeiro	20.600	24.475	0
3.06.01	Receitas Financeiras	20.600	24.475	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.213	33.329	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.134	-1.763	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.079	31.566	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.079	31.566	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,36085	0,47305	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,35839	0,47132	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	24.079	31.566	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.017	-3.765	0
4.02.03	Entidades de Previdência Privada	3.017	-3.752	0
4.02.04	Combinações de Negócios - CPFL Renováveis- Reflexo	0	-13	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.096	27.801	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.297	24.872	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.440	21.069	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	24.079	31.566	0
6.01.01.02	Juros e Variações monetárias	-2.627	-2.439	0
6.01.01.05	Resultado Equivalência Patrimonia	-6.146	-9.821	0
6.01.01.06	Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.134	1.763	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.857	3.803	0
6.01.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	5.369	9.170	0
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-521	-5.414	0
6.01.02.04	Contas a Pagar e outros	9	47	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.992	-242.695	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-31.992	-242.695	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.695	-217.823	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	226.503	444.326	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	216.808	226.503	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	224.426	6.615	58.291	0	5.008	294.340
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	370	-3.752	-3.382
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	224.426	6.615	58.291	370	1.256	290.958
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.543	-23.449	0	-26.992
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.992	0	0	-15.992
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.000	0	-11.000
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	12.449	-12.449	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	389	0	24.249	2.847	27.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.079	0	24.079
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	389	0	170	2.847	3.406
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	389	0	170	2.847	3.406
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.204	-1.170	0	34
5.06.04	Dividendos prescritos na Investida CPFL	0	0	0	34	0	34
5.06.05	Reserva Legal	0	0	1.204	-1.204	0	0
5.07	Saldos Finais	224.426	7.004	55.952	0	4.103	291.485

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	310.838	0	214.481	0	19.792	545.111
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2.056	0	2.056
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	310.838	0	214.481	2.056	19.792	547.167
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-86.412	6.615	-157.785	-31.992	0	-269.574
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	6.615	0	0	0	6.615
5.04.06	Dividendos	0	0	-173.777	0	0	-173.777
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.000	0	-16.000
5.04.09	Redução de Capital - Entrega de Ações	-86.412	0	0	0	0	-86.412
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	15.992	-15.992	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.901	-18.536	13.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.566	0	31.566
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	335	-18.536	-18.201
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	1.695	-5.473	-3.778
5.05.02.06	Baixa pela Entrega de Ações - Resultado Abrangente	0	0	0	-1.360	-13.063	-14.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.595	-1.595	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	1.595	-1.595	0	0
5.07	Saldos Finais	224.426	6.615	58.291	370	1.256	290.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	694.576	0	365.347	0	100.637	1.160.560
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	694.576	0	365.347	0	100.637	1.160.560
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-383.738	0	-308.838	-49.249	0	-741.825
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.831	0	0
5.04.08	Dividendos Mínimo Obrigatório	0	0	0	-40.418	0	0
5.04.09	Redução de Capital - Entrega de Ações	-692.576	0	0	0	0	0
5.04.10	Capitalização de Reserva para Expansão	308.838	0	-308.838	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	209.277	-80.845	128.432
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	204.455	0	204.455
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.822	-80.845	-76.023
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	4.822	5.158	9.980
5.05.02.06	Baixa pela Entrega de Ações - Resultado Abrangente	0	0	0	0	-86.003	-86.003
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	157.972	-157.972	0	0
5.06.04	Reserva de Lucro a Realizar	0	0	147.749	-147.749	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	10.223	-10.223	0	0
5.07	Saldos Finais	310.838	0	214.481	2.056	19.792	547.167

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-533	-950	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-533	-950	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-533	-950	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-533	-950	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.746	34.296	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.146	9.821	0
7.06.02	Receitas Financeiras	20.600	24.475	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	26.213	33.346	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	26.213	33.346	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.134	1.780	0
7.08.02.01	Federais	2.134	1.780	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.079	31.566	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	11.000	16.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.079	15.566	0

Relatório da Administração

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Bonaire Participações S.A. ("Bonaire" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados comparativos em relação ao exercício de 2012, exceto quando especificado em contrário.

Perfil Corporativo

A Bonaire é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 29 de Agosto de 1997, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A sua atividade preponderante é a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. ("CPFL"), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Aspectos Econômicos e Financeiros

Como empresa de participação ("*holding*"), a Bonaire tem suas Receitas Operacionais originadas primordialmente da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da CPFL. No exercício de 2013, a receita de equivalência patrimonial totalizou o montante de R\$6.146 (R\$9.821, em 2012).

Receita Financeira

Em 2013, a Bonaire registrou receita financeira de R\$20.600 (R\$24.475, em 2012) composta, basicamente, pelo rendimento sobre as aplicações financeiras.

Despesas Gerais e Administrativas

Em 2013, as Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 533 (R\$967, em 2012) devido, principalmente, às despesas com publicações legais e com a contratação de assessores e advogados.

Por tratar-se de uma empresa de participação, as atividades da Bonaire são realizadas por seus diretores, não havendo funcionários contratados.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Bonaire, ao final do exercício, foi de R\$24.079, um decréscimo de 23,72% em relação ao ano anterior (R\$31.566, em 31 de dezembro de 2012) e correspondeu a um lucro básico por ação ordinária de R\$0,36085 (R\$0,47305 em 31 de dezembro de 2012) e um lucro diluído por ação ordinária de R\$ 0,358391 (R\$0,471325 em 31 de dezembro de 2012).

Relatório da Administração

Remuneração dos Acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia:

“Artigo 31:

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único: As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral.”

Em linha com esse compromisso, a Bonaire anuncia a remuneração aos acionistas, conforme a seguir:

	2013
Lucro líquido do exercício	24.079
<u>Ajustes ao lucro líquido do exercício nos termos do artigo 202:</u>	
Resultado de exercícios anteriores	370
Realização do resultado abrangente reflexo	170
Efeito reflexo sobre dividendos prescritos na CPFL	34
Constituição de reserva legal	(1.204)
	<u>23.449</u>
Juros sobre o Capital Próprio deliberados em 30/12/2013 (R\$ 0,164846 por ação)	11.000
Dividendos adicionais propostos a serem ratificados em Assembleia Geral Ordinária	12.449
	<u>23.449</u>
Percentual de proventos deliberados em relação à base de cálculo dos dividendos	46,91%

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Bonaire são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA sob o código BNPA3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

Informações sobre a CPFL (investida final)

A CPFL, maior companhia privada do setor elétrico brasileiro, é uma *holding* que, por meio de suas subsidiárias, distribui, gera e comercializa energia elétrica no Brasil, nos mercados regulado e livre.

A CPFL Energia é listada nos segmentos de mais alto nível de governança – Novo Mercado da BM&FBovespa e ADRs Nível III na Bolsa de Nova York, sendo vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e assegura tag along de 100%, no caso de alienação de controle.

Os principais destaques do desempenho econômico-financeiro da CPFL em 2013, são:

- O Lucro Líquido atingiu R\$ 949 milhões, com redução de 21,4% em relação a 2012 (R\$ 258 milhões).
- A receita operacional líquida de R\$ 14.634 milhões correspondente a um decréscimo de 1,7% em relação a 2012.

Relatório da Administração

- O EBITDA atingiu R\$ 3.546 milhões, representando um aumento de 3,2% em relação a 2012.
- A Administração da CPFL propõe distribuição de R\$ 931 milhões a título de dividendos. Descontado o montante de R\$ 363 milhões referentes ao primeiro semestre de 2013 (pagos em 01 de outubro de 2013), o valor a ser pago será de R\$ 568 milhões (R\$ 0,59006220 por ação). A Bonaire fez jus ao valor de R\$ 2,38 milhões e receberá em data a ser definida pela CPFL o valor de R\$ 3,7 milhões.
- Com o objetivo de suportar a estratégia de expansão de negócios do grupo, a dívida financeira da CPFL (incluindo derivativos) atingiu R\$ 16.706 milhões apresentando um aumento de 11,5% em relação a 2012.

O desempenho econômico- financeiro da CPFL acima está apresentado de maneira bastante sintética. Para maior entendimento das operações do grupo CPFL nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como as informações adicionais do seu desempenho econômico-financeiro, de sua atuação no mercado de capitais, de suas diretrizes estratégicas e outras informações acerca de suas atividades recomenda-se a leitura de suas demonstrações financeiras do exercício de 2013 divulgadas ao mercado em 27 de março de 2014 e disponíveis em www.cpfll.com.br/ri ou pelo site da CVM (www.cvm.gov.br).

Audidores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela Bonaire para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, em 2013, serviços não-relacionados à auditoria externa.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Deloitte prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual do valor contratado de auditoria
Revisão da DIPJ	12/04/2012	Ano calendário 2013	R\$ 8.162,50 (*)	15%
			R\$ 8.162,50 (*)	15%

(*) Valores em reais

A Bonaire adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção, a contratação ou destituição dos auditores independentes.

A Administração da CPFL Energia declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

São Paulo, 27 de março de 2014

A Administração

Notas Explicativas

Bonaire Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, tendo por objeto social a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”)

A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, 6º. Andar, conjunto 62, Vila Olímpia - São Paulo, SP.

A coligada CPFL Energia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de março de 2014.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas.

Notas Explicativas

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Desta forma, a Companhia revisa as estimativas e as premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicados de maneira prospectiva.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Reapresentação das demonstrações financeiras de 2012 e balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2012

Em virtude da adoção pela coligada CPFL Energia, a partir de 1º de janeiro de 2013, do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)– Benefícios a Empregados, a Bonaire, está reapresentando, para fins de comparação, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012.

Balanco Patrimonial	31/12/2012	Efeito reflexo da	31/12/2012	01/01/2012	Efeito reflexo da	01/01/2012
	Publicado	adoção do CPC 33 (R1) pela controlada	Reapresentado	Publicado	adoção do CPC 33 (R1) pela controlada	Reapresentado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	226.503	-	226.503	444.326	-	444.326
Tributos a recuperar	2.647	-	2.647	9.500	-	9.500
Outros ativos circulantes	5	-	5	5	-	5
Total do ativo circulante	229.155	-	229.155	453.831	-	453.831
Tributos a Recuperar	37.751	-	37.751	26.735	-	26.735
Investimentos em controladas	45.215	(3.382)	41.833	137.124	2.056	139.180
Total do ativo não circulante	82.966	(3.382)	79.584	163.859	2.056	165.915
Total do ativo	312.121	(3.382)	308.739	617.690	2.056	619.746
Passivo						
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.000	-	16.000	28.500	-	28.500
Dividendos mínimo obrigatório a pagar	-	-	-	40.418	-	40.418
Tributos e contribuições sociais	1.763	-	1.763	3.642	-	3.642
Outros passivos circulantes	18	-	18	19	-	19
Total do passivo circulante	17.781	-	17.781	72.579	-	72.579
Patrimônio Líquido						
Capital social	224.426	-	224.426	310.838	-	310.838
Reserva de capital	6.615	-	6.615	40.704	-	40.704
Reservas de lucros	42.299	-	42.299	173.777	-	173.777
Dividendo adicional proposto	15.992	-	15.992	-	-	-
Outros resultados abrangentes	5.008	(3.752)	1.256	19.792	-	19.792
Lucros acumulados	-	370	370	-	2.056	2.056
Total do patrimônio líquido	294.340	(3.382)	290.958	545.111	2.056	547.167
Total do passivo e do patrimônio líquido	312.121	(3.382)	308.739	617.690	2.056	619.746

Notas Explicativas

<u>Demonstração no Resultado</u>	<u>31/12/2012 Publicado</u>	<u>Efeito reflexo da adoção do CPC 33 (R1) pela controlada</u>	<u>31/12/2012 Reapresentado</u>
Resultado de equivalência patrimonial	10.147	(326)	9.821
Despesas administrativas	(967)	-	(967)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	9.180	(326)	8.854
Receita financeira	24.475	-	24.475
Receita (despesas) financeiras líquidas	24.475	-	24.475
Resultado antes dos impostos	33.655	(326)	33.329
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.763)	-	(1.763)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.892	(326)	31.566
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	0,47793		0,47305

<u>Resultado Abrangente</u>	<u>31/12/2012 Publicado</u>	<u>Efeito reflexo da adoção do CPC 33 (R1) pela controlada</u>	<u>31/12/2012 Reapresentado</u>
Lucro Líquido do Exercício:	31.892	(326)	31.566
Outros resultados abrangentes - Reflexo:			
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:			
Entidades de Previdência Privada - reflexo	-	(3.752)	(3.752)
Combinações de Negócios - CPFL Renováveis	(13)	-	(13)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	31.879	(4.078)	27.801

<u>Fluxo de Caixa</u>	<u>31/12/2012 Publicado</u>	<u>Efeito reflexo da adoção do CPC 33 (R1) pela controlada</u>	<u>31/12/2012 Reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício :	31.892	(326)	31.566
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Juros e variações monetárias	(2.439)	-	(2.439)
Despesas de IRPJ e CSLL	1.763	-	1.763
Resultado da equivalência patrimonial	(10.147)	326	(9.821)
	21.069	-	21.069
Aumento (redução) de Ativos e Passivos			
Dividendos Recebidos e Propostos	9.170	-	9.170
Tributos a recuperar	(5.414)	-	(5.414)
Contas a Pagar e outros	47	-	47
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	21.069		21.069
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(242.695)	-	(242.695)
Fluxo de caixa decorrente da atividades de financiamento	(242.695)		(242.695)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	(221.626)		(221.626)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	444.326		444.326
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	226.503		226.503

Notas Explicativas

DVA	31/12/2012 Publicado	Efeito reflexo da adoção do CPC 33 (R1) pela controlada	31/12/2012 Reapresentado
Receitas(1)	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros(2)			
Materiais, serviços de terceiros e outros	(950)	-	(950)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	(950)	-	(950)
Retenções(4)	-	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela companhia (3) - (4) = (5)	(950)	-	(950)
Valor adicionado recebido em transferência (6)	34.622	-	34.622
Receitas Financeiras	24.475	-	24.475
Equivalência patrimonial	10.147	(326)	9.821
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	33.672	(326)	33.346
Distribuição do valor adicionado	33.672	(326)	33.346
Impostos, taxas e contribuições	1.780	-	1.780
Remuneração de capitais próprios	31.892	(326)	31.566
Dividendos e juros sobre o capital próprio	16.000	-	16.000
Lucros retidos	15.892	(326)	15.566

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

i) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

O principal ativo financeiro que a Companhia tem classificado nesta categoria é o caixa e equivalente de caixa.

- Passivos financeiros:

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social:

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como empréstimos e recebíveis mensuradas ao custo amortizado e, portanto, estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos "pro-rata temporis" até a data do encerramento do exercício.

3.4 Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as disposições legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

3.5 Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

3.6 Investimentos em coligadas

O CPC 18 (R2) define que influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. Desta forma a Companhia adota o Método de Equivalência Patrimonial em Coligada para avaliação de seu investimento na CPFL Energia.

Os investimentos em coligada são reconhecidos inicialmente pelo custo e posteriormente são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

3.7 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.8 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no

Notas Explicativas

patrimônio líquido, em conta de "Dividendo adicional proposto", em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários. A declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio são contabilizados a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber /compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quanto aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Reconhecimento das receitas

A receita é reconhecida pela Companhia na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A principal receita que a Companhia fez jus está discriminada a seguir:

Receitas financeiras - Abrange receitas incidentes em juros auferidos sobre aplicações financeiras e atualizações monetárias incidentes sobre impostos a recuperar.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

Notas Explicativas

3.13 Novas normas e interpretações adotadas

No exercício de 2013, foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013:

a) Alterações ao CPC 40(R1) - Divulgações - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

As alterações ao CPC 40(R1) exigem que as entidades divulguem informações sobre direitos de compensação e acordos relacionados para instrumentos financeiros segundo um acordo de compensação executável ou similar.

A Companhia avaliou e concluiu que não há impactos relevantes na aplicação deste pronunciamento.

b) Normas novas e revisadas sobre consolidação, acordos conjuntos, coligadas e divulgações (CPC 36 (R3), CPC 19 (R2), CPC 45).

- **CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

CPC 36 (R3) substitui as partes da IAS 27 que tratam de demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12 Consolidação - Entidades de Propósito Específico. CPC 36 (R3) altera a definição de controle de forma que um investidor tenha controle sobre uma investida quando tem (i) poder sobre a investida, (ii) exposição ou direitos a retornos variáveis das atividades com a investida e (iii) capacidade de usar o poder sobre a investida para afetar seus retornos. Para que um investidor tenha controle sobre uma investida, os três critérios devem ser atendidos. Anteriormente, controle era definido como o poder de conduzir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para obter benefícios de suas atividades.

A administração analisou estes novos conceitos e concluiu que não houve nenhum impacto em suas demonstrações financeiras.

- **CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto**

Anteriormente, a IAS 31 abrangia três tipos de acordos conjuntos - entidades controladas em conjunto, operações controladas em conjunto e ativos controlados em conjunto. De acordo com o CPC 19(R2), existem apenas dois tipos de acordos conjuntos - operações em conjunto e empreendimentos controlados em conjunto, e a classificação é determinada com base nos direitos e nas obrigações das partes em relação aos acordos, considerando a estrutura, a forma legal e os termos contratuais do acordo e outros fatos e circunstâncias se relevantes. Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados por equivalência patrimonial e a consolidação proporcional não é mais permitida. Investimentos em operações em conjunto são contabilizados de modo que cada operador reconheça seus ativos, seus passivos, suas receitas e suas despesas.

A administração analisou estes novos conceitos e concluiu que não houve nenhum impacto em suas demonstrações financeiras.

- **CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades**

O CPC 45 é uma nova norma de divulgação aplicável a entidades com participações em controladas, acordos em conjunto, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. Em geral, a aplicação do CPC 45 resultou em divulgações mais extensas nas demonstrações financeiras consolidadas (vide notas 3.6 e 6 para detalhes).

Notas Explicativas

c) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Este pronunciamento define uma única orientação para as mensurações do valor justo e as suas respectivas divulgações. Seu escopo é abrangente e aplica-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros para os quais outros CPCs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações dessas mensurações, exceto em determinados casos.

A CPC 46 apresenta uma nova definição de valor justo, definido como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação no mercado principal ou outro mais vantajoso na data de mensuração, de acordo com as condições de mercado atuais, independentemente se esse preço é diretamente observável ou estimado por meio de outra técnica de avaliação. Foi adotada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, este pronunciamento exige divulgações abrangentes sobre as mensurações do valor justo, por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas com base na hierarquia de valor justo são exigidas para todos os ativos e passivos que são mensurados ao valor justo ou que tenham o seu valor justo divulgado nas demonstrações financeiras, não sendo necessária apresentação comparativa dos exercícios anteriores à adoção.

A Companhia avaliou e concluiu que não há impactos relevantes na aplicação deste pronunciamento.

d) Alterações CPC 26(R1) Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Os requerimentos, dentre outros, exigem que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias:

1. itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado; e
2. itens que podem ser reclassificados posteriormente para o resultado quando atendidas condições específicas.

As alterações foram aplicadas retrospectivamente e, assim, a apresentação de itens de outros resultados abrangentes foi modificada para refletir essas mudanças. A aplicação destas alterações ao CPC 26(R1) não resulta em nenhum impacto sobre o resultado, outros resultados abrangentes e o resultado abrangente total.

e) Alterações ao CPC 26(R1) Apresentação das Demonstrações Financeiras (Esclarecimento das exigências de informações comparativas)

As Melhorias Anuais das IFRSs 2009 - 2011 geraram diversas alterações aos CPCs, sendo as mais relevantes para a Companhia aquelas relativas à apresentação do balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado e as notas explicativas relacionadas. As alterações especificam que deve ser apresentada uma terceira coluna do balanço patrimonial quando: (a) uma entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou faz uma reapresentação ou reclassificação retrospectiva dos itens nas demonstrações financeiras; e (b) a aplicação, reapresentação ou reclassificação retrospectiva tem um efeito material sobre as informações na terceira coluna do balanço patrimonial. As notas explicativas correspondentes aos saldos do terceiro balanço patrimonial não precisam ser apresentadas.

Conforme mencionado na nota 2.6, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 estão sendo reapresentadas, de acordo com o CPC 26(R1).

f) CPC 33(R1) Benefícios aos Empregados (como revisada em 2011)

No exercício corrente, e aplicado retrospectivamente, a Companhia aplicou pela primeira vez os efeitos reflexos da adoção pela coligada CPFL Energia do CPC 33(R1) (como revisada em 2011). Na coligada esta alteração muda a contabilização de planos de benefícios definidos e benefícios rescisórios.

As principais alterações exigem o reconhecimento de mudanças em obrigações de benefícios definidos e no valor justo de ativos do plano quando ocorridas e, assim, eliminam o método do corredor, permitido pela

Notas Explicativas

versão anterior da CPC 33 (R1), e aceleram o reconhecimento dos custos de serviços passados. Todos os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes para que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão reflita o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, o custo dos juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano usados na versão anterior do CPC 33 (R1) são substituídos por um valor de “juros líquidos” de acordo com o CPC 33 (R1), que é calculado aplicando a taxa de desconto ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Além disso, o CPC 33 (R1) introduz certas mudanças na apresentação do custo de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensas, como a análise de sensibilidade de premissas atuariais significativas.

Conforme IAS 1 e IAS 8, a Companhia ajustou os efeitos reflexos do corredor em 1º de janeiro de 2012 em lucros acumulados. A Companhia aplicou as disposições de transição relevantes e reapresentou os valores comparativos retrospectivamente, conforme descrito na nota 2.6.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e conseqüentemente a Companhia não as adotou:

(a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles estão detidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

A adoção foi inicialmente requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, mas em função do projeto IFRS 9 relacionado ao tema de *impairment* ainda não estar concluído, o IASB decidiu que esta data não concederia tempo suficiente para as entidades prepararem a aplicação do IFRS 9. A nova data será determinada quando o IFRS 9 estiver mais próximo de sua conclusão.

Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial destas alterações, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(b) Alterações ao IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As alterações ao IAS 32 esclarecem questões relacionadas às exigências de compensação (encontro de contas) de instrumentos financeiros ativos e passivos e endereçam inconsistências na política atual na aplicação dos critérios de compensação. As alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensação” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações ao IAS 32 são requeridas retrospectivamente para períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2014.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(c) Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra nesta definição não consolide suas controladas, mas que as mensure pelo valor justo através

Notas Explicativas

do resultado. Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade deve: (i) obter recursos de um ou mais investidores em troca de serviços profissionais de gestão de investimentos; (ii) comprometer-se com seus investidores de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou ambos; e (iii) mensurar e avaliar o desempenho de seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(d) IFRIC 21 – Levies

Esta interpretação endereça a contabilização de passivo para pagamento de tributos se este passivo estiver no escopo do IAS 37. Também endereça a contabilização de um passivo para pagamento de tributos cujo prazo e montante sejam certos.

A adoção é requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(e) Aditivo ao IAS 19 - Planos de Benefício Definido: Contribuições de Empregados

Estas alterações se aplicam a contribuições de empregados ou terceiros aos planos de benefícios definidos. O objetivo das alterações é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, por exemplo, contribuições de empregados que são calculadas de acordo com um percentual fixo do salário. Estas alterações são efetivas a partir de 1 de Julho de 2014. Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(f) Alterações ao IAS 36 - Divulgação de valor recuperável para ativos não financeiros

As alterações ao IAS 36 endereçam a divulgação de informações sobre o valor recuperável de ativos se este for baseado em valor justo menos custos de desativação.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	2	1
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento (a)	5.331	15.564
Certificado de depósito bancário-CDB(b)	211.475	210.938
	216.808	226.503

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras realizadas pela Bonaire consistem em:

(a) aplicação no fundo de investimento de curto prazo, BNY Mellon ARX Cash Fundo de Investimento de Curto Prazo, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em operações de renda fixa no curto prazo, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e

Notas Explicativas

(b) aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, emitidos pela Caixa Econômica Federal, remunerados, na média, a 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Estas aplicações, disponíveis para serem utilizadas exclusivamente nas operações da Companhia, possuem a característica de atender compromissos de curto prazo, são imediatamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

5 TRIBUTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os tributos compensáveis são compostos, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de imposto de renda e contribuição social.

Os saldos são compostos como se segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Imposto de Renda antecipado	1.563	1.290
Contribuição Social antecipada	<u>571</u>	<u>1.357</u>
Total	<u><u>2.134</u></u>	<u><u>2.647</u></u>
Não-Circulante		
Imposto de Renda antecipado	34.253	29.734
Contribuição Social antecipado	2.800	2.603
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	<u>463</u>	<u>5.414</u>
Total	<u><u>37.516</u></u>	<u><u>37.751</u></u>

Os tributos a recuperar classificados no ativo circulante correspondem aos montantes estimados a serem utilizados até o fim exercício social de 2014 em contrapartida aos tributos devidos até aquela data, basicamente provenientes de apurações tributárias mensais nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e de IRRF, PIS, COFINS e CSLL incidentes sobre serviços prestados por terceiros.

No ativo não circulante, a Companhia mantém os créditos tributários não utilizados no ano corrente além de imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

5.1 Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social – Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	26.213	26.213	33.329	33.329
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(6.146)	(6.146)	(9.821)	(9.821)
	(11.000)	(11.000)	(16.000)	
Despesa de Juros sobre Capital Próprio				(16.000)
Subtotal exclusões	<u>(17.146)</u>	<u>(17.146)</u>	<u>(25.821)</u>	<u>(25.821)</u>
Lucro antes das Compensações	9.067	9.067	7.508	7.508
Compensações de prejuízo fiscal e base negativa	<u>(2.720)</u>	<u>(2.720)</u>	<u>(2.252)</u>	<u>(2.252)</u>
Base de Cálculo	6.347	6.347	5.256	5.256
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.563)	(571)	(1.290)	(473)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Efetiva	5,96%	2,18%	3,67%	1,42%

Notas Explicativas

5.2 Créditos fiscais não constituídos

No início do exercício de 2013, o montante de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ, assim como a base de cálculo negativa de CSLL era de R\$ 61.060, uma vez que os ajustes fiscais atribuídos a estas bases de cálculo foram de igual valor. Destes montantes foram utilizados R\$ 2.720 (30% aplicados sobre o lucro antes das compensações de prejuízos fiscais) para a compensação do IRPJ e da CSLL devidos em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.252 em 2012). Desta forma, o saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 58.340.

5.3 Medida Provisória 627 de 11 de novembro de 2013

A Medida Provisória nº 627 ("MP 627"), de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, introduziram mudanças nas regras tributárias federais, dentre elas a revogação do Regime de Tributação Transitória ("RTT"), a partir de 1º de janeiro de 2015. Entretanto, as companhias têm a opção de adotar antecipadamente a MP 627 a partir do ano calendário de 2014. Em caso de adoção antecipada, os contribuintes estariam isentos a qualquer exposição relacionada ao RTT, até a data em que a MP 627 foi emitida.

A Administração da Bonaire está avaliando os impactos destas alterações bem como o melhor momento para sua adoção, considerando ainda que esta MP ainda não foi convertida em lei, e que pode sofrer alterações até a sua conversão em lei. Em uma análise preliminar, a Companhia entende que não há e não haverá efeitos relevantes a serem considerados em suas demonstrações financeiras.

6 INVESTIMENTOS

Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia detém participação societária na coligada CPFL Energia S.A. nos montantes de R\$ 46.050 e R\$ 41.833, respectivamente. A movimentação da rubrica Investimentos é como se segue:

	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Saldo no início do exercício	41.833	137.124
Resultado da Equivalência patrimonial	6.146	9.821
Efeito de equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da investida (a)	3.017	(3.082)
Dividendos recebidos e propostos (b)	(5.369)	(9.170)
Dividendos prescritos na investida	34	
Redução de capital (c)	-	(86.412)
Baixa proporcional ajustes avaliação patrimonial (d)	-	(13.063)
Transação entre acionista – CPFL Renováveis (e)	389	6.615
Saldo no final do exercício	46.050	41.833

(a) A aplicação de 0,66% sobre o resultado abrangente da CPFL Energia .

(b) A Assembleia Geral Ordinária da CPFL aprovou, em 19 de abril de 2013, a distribuição de dividendos complementares referentes ao lucro líquido apurado no exercício de 2012. O montante recebido pela Companhia foi de R\$ 2.989, correspondente a R\$ 0,473778718 por ação.

Notas Explicativas

Em 14 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou a distribuição de dividendos complementares referentes ao 1º semestre de 2013. O montante recebido pela Companhia é de R\$ 2.380, correspondente a R\$ 0,377282126 por ação.

A Assembleia Geral Ordinária da CPFL Energia aprovou, em 12 de abril de 2012, a distribuição de dividendos complementares referentes ao lucro líquido apurado no exercício de 2011, no montante de R\$ 4.973, correspondente a R\$ 0,788205126 por ação.

Em 08 de agosto de 2012, o Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou a distribuição de dividendos complementares referentes à antecipação do resultado de 2012. O montante recebido pela Companhia é de R\$ 4.197, correspondente a R\$ 0,665339515 por ação.

- (c) Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de 24 de novembro de 2011 e conforme divulgado na nota explicativa de eventos subsequentes às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, foi aprovada a redução de capital da Companhia, mediante a transferência de 12.362.202 ações de emissão da CPFL Energia ao Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações (“Energia SP FIA”), sem cancelamento de ações da Companhia, avaliadas ao valor contábil do balanço patrimonial levantado em 31 de outubro de 2011. A efetivação da redução e da transferência das ações de emissão da CPFL Energia ocorreu em 08 de fevereiro de 2012, após o cumprimento do prazo de 60 dias, contados da data de publicação da ata da AGE, para oposição de eventuais credores, nos termos do artigo 174 da Lei 6.404/1976, passando o capital social de R\$ 310.838 para R\$ 224.426.
- (d) A conta de investimentos sofreu Ajustes de Avaliação Patrimonial (“AAP”) reflexo dos registros contábeis da CPFL Energia, tendo em vista a aplicação das novas regras contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07. Desta forma, quando das reduções de capital, foram efetuadas as baixas proporcionais do “AAP” contabilizado no Patrimônio Líquido.
- (e) Efeito da oferta pública inicial de ações da CPFL Renováveis, subsidiária da CPFL Energia.

Informações da participação na CPFL Energia:

Embora a Companhia detenha uma participação de 0,66% no capital da CPFL Energia, a Companhia exerce influência significativa em decorrência de seu direito contratual de nomear, em conjunto com Energia SP FIA (principal acionista da Bonaire), um membro em comum à integrar o Conselho de Administração da CPFL Energia e um outro membro em comum à integrar o Conselho Fiscal da CPFL Energia.

Notas Explicativas

As principais informações da CPFL Energia estão apresentadas a seguir. As informações financeiras resumidas a seguir representam valores apresentados nas demonstrações financeiras da CPFL Energia elaboradas de acordo com as IFRSs.

<u>Composição do capital</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u> <u>reapresentado</u>
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	962.274.260	962.274.260
<u>Em poder da investidora:</u>		
Ações ordinárias em circulação	6.308.790	6.308.790
Participação no capital:	0,66%	0,66%
Na CPFL Energia (consolidado):		
Ativo circulante:	7.264.323	5.544.938
Ativo não circulante:	23.778.473	23.379.341
Passivo circulante:	4.905.531	4.969.447
Passivo não circulante:	17.338.547	16.063.703
Capital social integralizado	4.793.424	4.793.424
Total do patrimônio líquido		
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	7.023.899	6.380.728
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	1.774.819	1.510.401
Receita operacional líquida	14.633.856	14.890.875
Lucro operacional bruto	3.960.135	3.904.499
Resultado do serviço	2.369.775	2.335.091
Resultado de Participações Societárias	120.868	120.680
Resultado Financeiro	(971.443)	(577.773)
Lucro antes dos tributos	1.519.200	1.877.998
Lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	937.419	1.176.252
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas não controladores	11.618	30.810
Na investidora:		
Investimentos	46.050	41.833
Resultado de equivalência patrimonial	6.146	9.821

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Bonaire está representado por 66.728.878 ações ordinárias escriturais sem valor nominal. A participação acionária está assim distribuída:

	<u>Quantidade de Ações</u>			
	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Participações %</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Participações %</u>
Acionistas				
Energia SP FIA	66.728.875	99,99	66.728.872	99,99
Demais acionistas	3	0,01	6	0,01
	66.728.878	100,00	66.728.878	100,00

O acionista Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações é controlado por fundos de pensão (cotistas), nas seguintes proporções:

Notas Explicativas

<u>Quotistas</u>	<u>%</u>
Fundação CESP	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	32,23
Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	0,60
	<u>100,00%</u>

7.2 Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	24.079
Realização de resultados de exercícios anteriores	370
Equivalencia patrimonial sobre resultados abrangentes da investida	170
Efeito reflexo sobre dividendos prescritos na Investida	34
Lucro líquido ajustado -Base de cálculo dos dividendos -25%	<u>24.653</u>
Constituição de reserva legal	(1.204)
Juros sobre o capital próprio deliberados	(11.000)
Dividendos adicionais propostos	<u>(12.449)</u>
Total	<u>(24.653)</u>

Em 30 de abril de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 15.992 correspondente ao valor bruto de R\$ 0,239664231 por ação, referentes aos dividendos adicionais propostos relativos ao resultado de 2012.

Em 30 de dezembro de 2013 foi deliberada a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, a título de antecipação do resultado do exercício de 2013, no montante R\$ 11.000, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,164846170 por ação

Adicionalmente, a Administração está propondo a distribuição de R\$ 12.449, a título de dividendos adicionais a serem ratificados na próxima Assembleia Geral Ordinária.

7.3 Reserva de Lucros

a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta reserva é de R\$ 43.503 (R\$ 42.299 em 31 de dezembro de 2012).

b) Dividendos adicionais propostos

De acordo com as práticas contábeis, a parcela que excede ao dividendo mínimo obrigatório só será provisionada após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, momento pelo qual passa a atender aos critérios de obrigação conforme determinado pelo CPC 25. No exercício, a Companhia destinou ao patrimônio líquido na conta de “Dividendos adicionais Propostos” o montante de R\$ 12.449.

Notas Explicativas

7.4 Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Na aplicação do método de Equivalência Patrimonial sobre a coligada CPFL Energia, a Companhia reconheceu, conforme ICPC 09 (R1), de forma reflexa aos ajustes relacionados aos efeitos da adoção das práticas contábeis adotadas pela coligada CPFL Energia:

- a) **Custo Atribuído:** valor correspondente a alteração da participação da coligada CPFL Energia nos ativos que foram transferidos para a CPFL Renováveis. Para fins de Adoção inicial do IFRS, o ICPC 10, esclarece que está permitido às empresas trazerem certos itens do seu ativo imobilizado a valor justo, chamado de “Custo Atribuído”. O novo valor é tratado como se fosse o custo do bem na data de transição, que será depreciado ao longo de sua vida útil.
- b) **Combinação de Negócios:** a coligada CPFL Energia passou a deter indiretamente, 54,50% da CPFL Energias Renováveis S/A (“CPFL Renováveis”), assumindo seu controle em 1º. de agosto de 2011, passando a controlar integralmente a CPFL Renováveis a partir dessa data disso, foi registrada uma reserva de avaliação patrimonial na coligada em consequência da combinação de negócios. Esse investimento passou para 63%, com aquisição da Jantus. Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a oferta pública da CPFL Renováveis, como consequência da operação descrita acima, a CPFL Energia, através da controlada CPFL Geração, teve a sua participação na CPFL Renováveis diluída de 63% para 58,84%.
- c) **Entidade de Previdência Privada:** Com revisão do CPC 33 (R1) / IAS 19, que eliminou o método do corredor, a CPFL Energia teve a necessidade do registro integral do passivo atuarial líquido na data-base do laudo atuarial, o que fez com a Bonaire fizesse o reconhecimento reflexo do ajuste.

8 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	2013	2012 reapresentado
Lucro líquido do exercício	24.079	31.566
Lucro disponível aos acionistas	24.079	31.566
Média ponderada do número de ações em circulação	66.728.878	66.728.878
Lucro básico por ação ordinária	0,36085	0,47305
Lucro disponível aos acionistas	24.079	31.566
Efeito dilutivo reflexo de debêntures conversíveis da CPFL Renováveis(*)	(164)	(115)
Lucro disponível aos acionistas	23.915	31.451
Média ponderada do número de ações em circulação	66.728.878	66.728.878
Lucro diluído por ação ordinária	0,35839	0,47132

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na coligada nos respectivos períodos.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a

Notas Explicativas

premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício.

9 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	17.973	22.036
Variação monetária	2.627	2.439
Total	<u>20.600</u>	<u>24.475</u>

O resultado financeiro da Companhia provém basicamente de remunerações de aplicações financeiras em fundo de investimento de curto prazo, em Certificados de Depósito Bancário – CDB e atualização monetária de impostos e recuperar classificados no ativo não circulante cujo saldo é atualizado pela taxa SELIC.

10 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas gerais e administrativas		
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(372)	(803)
Propaganda e publicidade	(44)	(43)
Associações e entidades de classe	(40)	(56)
Outras	(77)	(65)
	<u>(533)</u>	<u>(967)</u>

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados dos ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Notas Explicativas

a) Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	31/12/2013		31/12/2012	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	216.808	216.808	226.503	226.503

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a natureza das operações da Companhia.

c) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em resultado financeiro menor por conta de flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas financeiras relativas a estas aplicações.

d) Risco de taxa de câmbio:

A Companhia não está suscetível a este risco, uma vez que não possui operações atreladas a moeda estrangeira.

e) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado:

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2013 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 8,02% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira líquida de R\$ 17.388. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário 1 (*)	Redução do índice em 25% (**)	Redução do índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	216.808	redução do CDI	5.832	27	(5.778)
	216.808		5.832	27	(5.778)
Total de aumento (redução) da receita financeira	216.808		5.832	27	(5.778)

(*) O índice de CDI considerado foi de 10,71%, obtido através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução dos índices aplicados são referentes às informações em 31/12/2013

Notas Explicativas

12 PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia é controlada pelo fundo Energia São Paulo FIA, que por sua vez é controlado pelos seguintes fundos de pensão (quotistas do fundo): (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) Aplicação Financeira - Refere-se basicamente a aplicações financeiras em fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M., conforme descrito na nota 4. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo apresentado era de R\$5.331 (R\$15.564 em 31 de dezembro de 2012) e receita financeira reconhecida no exercício de R\$1.125 (R\$9.501 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Bonaire Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. ("Bonaire" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire Participações em

31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência da adoção pela coligada CPFL Energia S.A. da mudança de política contábil referente aos benefícios a empregados, de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, os valores correspondentes ao investimento nesta coligada, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Ratificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial de abertura de 1º de janeiro de 2012 (derivados das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011), preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da mudança de política contábil relacionada a benefícios a empregados, de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, pela coligada CPFL Energia S.A., descritos na nota 2.6, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 20 de março de 2012. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.6 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial de abertura de 1º de janeiro de 2012 (derivados das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de abertura de 1º de janeiro de 2012 (derivados das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011) tomadas em conjunto.

Campinas, 27 de Março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes

Contador

CRC nº 1 SP 203310/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ Nº 02.117.801/0001-67

NIRE Nº 35300152697

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Os Diretores da Bonaire Participações S.A., para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 27 de março de 2014.

Bonaire Participações S.A.

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Temóteo Roberto Brito de Miranda – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo

Carlos Fernando Costa - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ Nº 02.117.801/0001-67

NIRE Nº 35300152697

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Os Diretores da Bonaire Participações S.A., para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da BONAIRE referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 27 de março de 2014.

Bonaire Participações S.A.

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Temóteo Roberto Brito de Miranda – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo

Carlos Fernando Costa - Diretor